

Sobre a (in)constância da humanidade atual



» ALDO PAVIANI
Professor emérito da
Universidade de Brasília
(UnB) e geógrafo

A humanidade atravessa um período de profundas alterações estruturais e de processos, impulsionadas, em parte, pelas transformações no perfil populacional e sociocultural. O volume demográfico de diversas regiões tem se modificado, assim como a representação de gênero. As mulheres vêm ocupando papéis cada vez mais proeminentes na estrutura populacional, tanto em âmbito regional quanto nacional. A Região Centro-Oeste, por exemplo, segundo o IBGE, é atualmente composta por 52% de mulheres e 48% de homens. Espera-se, portanto, que elas assumam um protagonismo crescente não apenas na manutenção das famílias, mas na ocupação de cargos de liderança na sociedade, uma das principais pautas sociais do momento. Todavia, o aumento simultâneo da violência contra a mulher sugere que parcelas da sociedade ainda reagem de forma brutal a essas mudanças sociofamiliares.

A grande transformação no espaço geográfico mundial é vinculada também às diversas expressões do "período técnico-científico-informacional", para utilizar a conceituação de Milton Santos. A fusão entre ciência e técnica, a intensificação dos fluxos de informação, a dinâmica fluida de ocupação territorial e a materialidade do consumo apontam para um novo estado organizacional das relações humanas. No entanto, essas expressões atuais não apenas falham em

corrigir problemas socioestruturais históricos, como tendem a agravá-los. As desigualdades socioeconômicas entre os estratos populacionais aprofundam-se, promovendo o empobrecimento dos mais vulneráveis e a concentração de riqueza. Não se trata de um desenvolvimento voltado à inclusão, mas de um processo que gera soluções mediante a exclusão das vítimas do próprio sistema.

Os tempos mudam e as ciências e tecnologias avançam, mas a pobreza permanece. Historicamente, as populações vulneráveis vivem das migalhas do progresso. O crescimento da humanidade, sob a lógica atual, não visa a tornar os indivíduos iguais, mas a conferir ainda mais poder àqueles que já dispõem de condições sociopolíticas favoráveis. Se essas parcelas empoderadas demonstram alguma empatia, sobram para os despossuídos eventuais ganhos residuais em qualidade de vida, saúde, educação e poder de compra. Veja-se, por exemplo, o valor do salário mínimo, fixado com base no montante que o Estado pode custear sem comprometer o crescimento dos setores já favorecidos.

As sociedades que se encontram dentro da curva de crescimento possuem visão de futuro: traçam caminhos, planejam e realizam seus projetos. Já as que estão fora dela, na periferia do sistema, aplicam a máxima "o futuro a Deus pertence" e são tragadas pelo desenvolvimento. A essas sociedades não cabe poder decisório sobre o amanhã; apenas seguem o fluxo, coletando restos do caminho. Trata-se de uma constância do movimento humano rumo ao futuro: um amanhã que, na prática, não é pensado por todos, de todos e para todos.

O expressivo avanço tecnológico atual evidencia essa disparidade. As grandes corporações de tecnologia e inovação que dominam a economia global

trabalham dia e noite, noite e dia, para desenvolver produtos destinados àqueles que possuem capacidade de consumo. É uma corrida desenfreada entre as potências hegemônicas pela inovação. Contudo, inovar para quê e para quem? Fundamentalmente, para perpetuar hegemonias e manter esses atores na liderança da construção do futuro. As nações em desenvolvimento ou subdesenvolvidas são abandonadas, incapazes de acompanhar os líderes impulsionados pela tecnologia. Nessa dinâmica, o bloco da liderança torna-se cada vez menor, mas mais poderoso, enquanto o grupo dos excluídos cresce em contingente e escassez de recursos, pondo em risco nossa coesão como humanidade.

Qual é, afinal, o objetivo do avanço científico-técnico-informacional contemporâneo? Perpetuar a divergência ou promover a convergência? Parece haver aqui um descompasso entre os pesquisadores, agentes da prática científica, e os governos e corporações, que detêm o controle do uso e da distribuição desses avanços. Enquanto os cientistas compreendem que o objetivo maior da ciência é a solução dos problemas globais e a redução das desigualdades, governos e empresas operam com uma definição restrita de humanidade, ignorando questões de equidade.

Para nossa sorte, a natureza opera, em grande medida, alheia às dinâmicas humanas, e os ventos atuais sopram contra a lógica perversa do aumento das disparidades. A ascensão quantitativa e qualitativa de mulheres causará transformações decisivas no tecido estrutural das sociedades, introduzindo novos valores e perspectivas de crescimento. Espera-se que elas atuem como reais agentes de inovação, transformação e desenvolvimento, contribuindo para a edificação de uma sociedade mais agregadora e mais empática. Vida longa às mulheres!



Os dividendos da integridade informacional: o valor de saber



» MARIYA GABRIEL
Diretora-geral adjunta de
Comunicação e Informação da
Unesco

» DAVID WALMSLEY
Presidente do Fórum Mundial de Editores,
editor-chefe do Globe and Mail

» LIZ CORBIN
Diretora de Notícias da
União Europeia de Radiodifusão

Não nos falta informação. Nunca tivemos tanta. No entanto, em todo o mundo, as pessoas lutam para responder às perguntas mais simples: o que realmente aconteceu? Quem decidiu o quê? É verdade?

Esse é o paradoxo da nossa era. As sociedades mais conectadas da história também estão entre as mais vulneráveis à confusão, à manipulação e à desconfiança. A informação circula mais rápido do que a responsabilidade. Os algoritmos recompensam a indignação em detrimento da precisão. A inteligência artificial gera falsidades plausíveis em larga escala. Em um ambiente como esse, o direito de saber não é apenas uma questão de transparência; é a essência da liberdade.

Sem uma compreensão precisa do que está acontecendo e do que está sendo feito em seu nome, a névoa do engano se adensa e os malfetores podem enganar impunemente.

A sociedade é mais vulnerável quando o acesso à informação é negado. A Access Now e a coalizão #KeepItOn documentaram 313 interrupções da internet em 52 países em 2025, o maior número já registrado. As interrupções bloqueiam o jornalismo, silenciam comunidades e negam às pessoas informações potencialmente vitais.

As leis de acesso à informação são um pilar da integridade da informação, e o monitoramento mais

recente da Unesco mostra progresso. Sua pesquisa de 2025 mostrou que 141 países têm garantias legais para o acesso à informação. Mas adoção não é implementação, e muitos países ainda enfrentam lacunas práticas em supervisão, recursos, aplicação, manutenção de registros e gerenciamento de dados. Dos países pesquisados, 51 não conseguiram fornecer dados sobre gestão documental, apesar de relatarem ter sistemas ou procedimentos em vigor.

Os órgãos reguladores de acesso à informação e outros supervisores transformam as disposições legais em direitos exigíveis. No entanto, muitos deles são prejudicados por mandatos fracos, nomeações atrasadas, cortes orçamentários, interferência política, limites em seus poderes e ataques à sua independência. Para que o acesso à informação funcione, esses órgãos devem ser protegidos por lei, receber poderes e recursos adequados e estar protegidos de influências indevidas.

A lacuna foi ainda mais confirmada por um teste de leis de acesso à informação realizado em 2025, em conjunto pela Unesco e pelo Centro para o Direito e a Democracia. Em 146 pedidos idênticos realizados em 76 países, 38% não receberam nenhuma resposta substancial, apenas 42% resultaram em divulgação completa, e o tempo médio de resposta foi de 22 dias. Um exercício semelhante será repetido este ano para medir qualquer mudança.

O acesso à informação precisa evoluir, mas exemplos das deficiências estão por toda parte, mesmo em países com legislação bem-intencionada.

Em um vácuo de informação, o jornalismo corajoso e independente é indispensável. O jornalismo destila a informação para o entendimento público. Ele investiga, questiona, corrobora e contextualiza, mas também combate a desinformação. Ele faz perguntas que algumas partes preferem evitar. E dá aos cidadãos os meios para participar de forma significativa na vida pública.

Os danos causados pela desinformação são reais. A Unesco estima que casos individuais de desinformação podem acarretar custos econômicos e sociais de US\$ 350 bilhões a US\$ 510 bilhões anualmente, por meio de respostas de saúde pública enfraquecidas, eleições distorcidas, atraso em ações climáticas, perdas

financeiras, danos à reputação e erosão da confiança nas instituições. A desinformação, portanto, não é apenas um problema de comunicação. É um risco de governança, um passivo econômico e uma ameaça direta à capacidade das pessoas de tomar decisões informadas.

As emissoras de serviço público e as organizações de mídia independentes são um contrapeso fundamental para esse problema. Seu mandato não é buscar engajamento a qualquer custo, mas informar e servir a todos os públicos. No entanto, elas enfrentam as pressões simultâneas de públicos fragmentados, declínio da confiança, interferência política, restrições financeiras, dependência de plataformas e conteúdo falso, sintético e manipulado desenfreado. Sua luta para continuar produzindo jornalismo de qualidade não é uma preocupação setorial, mas, sim, democrática.

A resposta deve incluir investimentos renovados em jornalismo de interesse público, independência editorial, checagem de fatos, verificação de fontes abertas, alfabetização midiática e informacional (AMI) e colaboração transfronteiriça. Assim como as notícias falsas se espalham globalmente, os fornecedores de jornalismo confiável devem cooperar transnacionalmente. O ecossistema da informação seria mais pobre e muito mais frágil sem a mídia de interesse público — mas ela não pode defendê-lo sozinha.

No Dia Mundial das Notícias e no Dia Internacional do Acesso Universal à Informação, o desafio é prático e apelamos a todos os atores no espaço da informação para que façam melhor: os governos devem aplicar as leis de acesso à informação e proteger a supervisão independente; as plataformas e as empresas de tecnologia devem assumir total responsabilidade pelos espaços de informação que criam, em total consonância com o direito internacional dos direitos humanos; e as organizações de comunicação social, de todos os tipos, devem sempre optar pelo rigor em vez do alcance.

A informação confiável e de livre acesso é um benefício compartilhado. Mas depende de autoridades que protejam o acesso à informação, de jornalistas que procurem a verdade acima de tudo e do direito dos cidadãos aos fatos. O dividendo da integridade é real, mas só é alcançado quando todos nós fazemos a nossa parte.

Dívida pública e possibilidades para 2027-30



» BENITO SALOMÃO
Professor do Programa de
Pós-Graduação
em Economia da
Universidade Federal de
Uberlândia

Este é o terceiro e último artigo de uma coletânea endereçada a explicar para o público aspectos essenciais sobre a política fiscal. No artigo inicial, foi mostrado que a dimensão primária da política fiscal brasileira não apresentou nenhuma grande mudança em relação à história recente. Isso posto, o argumento do segundo artigo foi que a dinâmica recente da dívida pública esteve muito mais condicionada ao seu custo de rolagem, uma vez que seu principal indexador é a taxa de juros que o Banco Central estabelece como instrumento para os fins da política monetária.

O diagnóstico importa, uma vez que as decisões de política econômica, fiscal e monetária têm ampla repercussão na sociedade. De alguns anos para cá, economistas com amplo acesso aos meios de comunicação têm defendido que, sem uma agenda contundente de "reformas", o país irá se deparar com uma "crise fiscal". O impasse é que tal agenda de "reformas" implica revisão de gastos que atendem uma ampla maioria de eleitores. Pode-se listar algumas das ideias: congelar ganhos reais do salário mínimo; congelar salário de servidores públicos; rever vinculações constitucionais para gastos em saúde e educação, entre outras. Medidas em geral impopulares e com duro impacto social.

Em resumo, a agenda defendida por tais economistas encontra clara restrição de economia política. Ou seja, políticos eleitos, que têm que prestar conta aos seus eleitores, não têm o incentivo, exceto em situações muito específicas, para adotar uma agenda de propostas nessa direção. No entanto, está claro que, na próxima legislatura, 2027-30, o endividamento público não poderá crescer mais 10 pontos percentuais do PIB. O que fazer nesse caso?

Há algumas janelas de oportunidade que podem ser aproveitadas. A primeira está no ciclo econômico. Após 18 trimestres consecutivos de crescimento ininterrupto do PIB, a atividade dá sinais de desaceleração. Desaceleração no sentido cíclico aqui tratado é muito diferente da pretensa crise alardeada pelos economistas acima citados. No entanto, está claro que, em 2025 e, possivelmente, em 2026, o crescimento do PIB será sensivelmente mais baixo do que o verificado no último quadriênio. Isso, ceteris paribus, pode gerar um movimento de queda nos preços e acelerar a convergência da inflação para o centro da meta, permitindo ao BC intensificar seu ciclo de cortes na taxa de juros.

No artigo anterior, argumentou-se que a recalibragem da política monetária vai ser essencial para estabilizar a dívida pública. Pois bem, há uma oportunidade de acelerar esse processo.

A segunda janela de oportunidade é a eleição e, com isso, o fator novidade. Independentemente de quem vença as eleições, se situação ou oposição, o período que se inicia na transição e finda nos primeiros 100 dias do novo governo consiste em uma oportunidade ímpar de o presidente eleito (ou reeleito) gerar um choque de credibilidade. Para tanto, será preciso aproveitar essa janela para sinalizar um forte compromisso com a estabilidade fiscal nos curto e médio prazos, anunciando algumas medidas estruturantes.

Aqui cabe um pequeno parêntese. Como mencionado anteriormente, há uma clara tendência de desaceleração do crescimento do PIB. Nesse contexto, medidas de corte de gastos e/ou aumento de impostos concentradas no primeiro ano tendem a ser pró-cíclicas e ampliar a propagação da desaceleração. Em outras palavras, esforço fiscal combinado com desaceleração da atividade pode, sim, causar recessão. Isso posto, o novo governo deve escolher uma ou mais reformas de impacto fiscal estrutural, porém diluído ao longo do tempo. Ou seja, o governo deverá perseguir um equilíbrio fino entre endereçar reformas críveis a fim de quebrar resistências nos setor privado, mas não estressar uma situação já delicada de arrefecimento do PIB.

É importante destacar que o efeito credibilidade, se levado a sério, pode exercer impactos sobre expectativas que, por sua vez, condicionam decisões econômicas. Isso tem potencial de ajudar a aliviar o prêmio de risco que os detentores da dívida pública cobram para retê-la. Em 2023, o efeito credibilidade rendeu bons frutos, a antecipação do anúncio do arcabouço fiscal do segundo semestre para o primeiro ajudou a dirimir incertezas e a reposicionar preços financeiros estratégicos.

Em suma, há elementos postos que, se explorados pelo próximo governo, podem ajudar a conter a trajetória da dívida/PIB sem que isso se dê à custa de um desmonte de políticas sociais. A redução do prêmio de risco por parte dos detentores da dívida pública, no sentido de desonerá-la, somado à possível redução da Selic viabilizada pela desaceleração cíclica do PIB, coordenado, ainda, com um esforço fiscal no sentido de converter o atual déficit de 0,4% do PIB em um superávit de 1,5% do PIB até 2030, pode contribuir muito com o ambiente macroeconômico dos próximos anos.